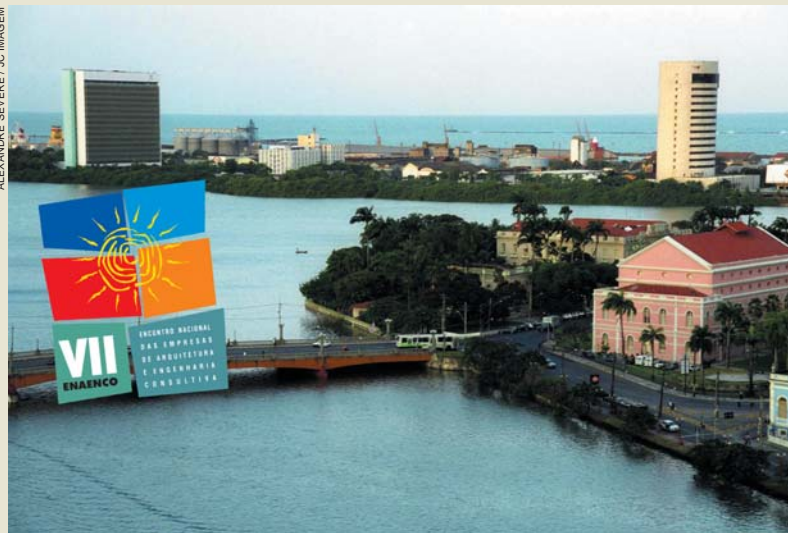


O Sinaenco realizará eleições por meio eletrônico, entre 7 e 11 de novembro.
Página 3

Evento realizado com sucesso em São Paulo ganha caráter nacional, com edição especial em Recife, junto com o VII Enaenco.
Página 8

Enaenco: tudo pronto para um evento sustentável



A sétima edição do Encontro Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Enaenco), que acontece de 28 a 30 de setembro, no Recife, tem temário definido e organização afinada.

Página 4

Projeto Manuelzão

Entrevista com o médico e ambientalista Apolo Heringer Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão, um rico e interessante programa desenvolvido na bacia do rio das Velhas, em Minas Gerais.

Página 8

A gestão dos recursos hídricos exige a participação da A&EC



De importância fundamental para o país, a gestão dos recursos hídricos brasileiros é um desafio que precisa também da participação da comunidade técnica, da arquitetura e da engenharia consultiva, para fornecer as melhores soluções nessa área, diz o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, em entrevista ao Consulte.

Página 5



Contra o uso indevido do pregão eletrônico

A campanha contra o uso ilegal do pregão eletrônico para contratação de projetos de arquitetura e engenharia consultiva continua, com ações enérgicas do Sindicato, na Justiça, com os contratantes e na mídia.

Página 7



Pelos direitos do autor

Direitos autorais de arquitetos e engenheiros sobre suas obras são defendidos em ações encabeçadas por arquitetos associados ao Sinaenco, com a discussão de casos exemplares.

Página 6



■ **Secretário mineiro apresenta estudos da primeira experiência brasileira de PPP –**

A reunião da diretoria nacional do Sinaenco, que aconteceu em 25 de agosto, dentro do **MinasCon**, em Belo Horizonte, contou com a apresentação do secretário-adjunto de Transportes e Obras de Minas Gerais, Fernando Jannotti, sobre os estudos do que será a primeira experiência brasileira em Parceria Público-Privada (PPP). Ela terá como objeto a MG-050, a principal rodovia estadual de Minas, que liga Belo Horizonte a São Sebastião do Paraíso. Jannotti demonstrou que a prática marcará o pioneirismo mineiro e será uma referência nacional para os demais Estados que adotarem o sistema. “As PPPs não serão a solução de todos os nossos problemas, como alguns chegaram a pensar, mas certamente nos permitirão avançar na solução de vários deles”, disse o secretário. Ele apresentou um conjunto de pesquisas, realizadas com vários públicos, para elaborar um diagnóstico que permita, posteriormente, dar suporte a um plano de comunicação/relações públicas em apoio à implantação da PPP na rodovia. O levantamento buscou avaliar o grau de informação das pessoas sobre as PPPs e a percepção dos pesquisados em relação à instalação de pedágios em troca de melhorias na rodovia. “Quanto mais os entrevistados utilizam a MG-050, mais aprovam as melhorias e obras em troca do pagamento do pedágio”, destacou Jannotti. Para o secretário-adjunto, o Estado de Minas Gerais está em fase de estruturação do arranjo das garantias que serão destacadas para os contratos de PPP. “Uma instituição financeira será contratada para levantar possíveis ativos para compor esse arranjo, bem como organizar a forma como essas garantias serão acionadas”. Ao final da reunião, o secretário confirmou sua participação no VII Enaenco, que será realizada em Recife de 28 a 30 de setembro.

■ **Criada Delegacia em Brasília** – Aprovada na reunião da Direção Nacional de 25 de agosto último, a **Delegacia Regional do Sinaenco em Brasília** foi fundada em 8 de setembro. Aspiração antiga de empresas de arquitetura e engenharia consultiva da capital federal, a Delegacia recém-fundada terá como missão a defesa dos interesses do setor no centro de decisões políticas e administrativas federais. A meta é que, a partir de agora, a atuação do Sinaenco ganhe força em Brasília, somando-se à atuação da entidade no restante do país. A delegacia funcionará em escritório localizado no Setor de Rádio e Televisão Sul, SRTVS - Quadra 701 - Cj. D - Lote S - Bloco A - Centro Empresarial.

■ **Estágio em planejamento urbano** – O **Sinaenco/PE** repete a experiência de coordenar um programa de estágio em parceria com a instituição alemã Iwent. Desta vez, o foco do projeto é na área de planejamento urbano. Os estudantes alemães Tobias Toepfer (geografia) e Janis Pohl (arquitetura) iniciaram em Recife o estágio, que terá três meses de duração, no dia 29 de agosto. Entre as atividades programadas para o período, está o acompanhamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata) e do Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (Prometrópole), além de estágio nas empresas associadas ao Sinaenco com projetos na área de planejamento urbano.

■ **Meio Ambiente** – Os alunos da segunda turma de pós-graduação em saneamento e gestão ambiental, promovida pelo **Sinaenco/PE** em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), elegeram a Ilha de Itamaracá (45 km do Recife) como foco do trabalho de conclusão do curso. Os engenheiros vão apontar os problemas ambientais da localidade e propor sugestões de melhoria. O projeto irá contemplar quatro áreas: *Resíduos Sólidos* e *Esgotamento Sanitário*, com os diagnósticos

da situação já definidos e na fase da elaboração das proposições; e *Gestão do Meio Ambiente* e *Abastecimento de Água*, na fase das visitas de campo para levantamento de informações com o poder público e moradores. Para Roberto Muniz, presidente do Sinaenco/PE, “a iniciativa, além de ser um exercício prático para os alunos, irá contribuir com soluções para a problemática ambiental da Ilha, que tem um enorme potencial turístico”.

■ **Campanha na Bahia** – O **Sinaenco/BA** aproveitou a grande movimentação de arquitetos, engenheiros e autoridades na ExpoConstrução, que aconteceu em Salvador de 16 a 20 de agosto, para fazer em seu estande o lançamento regional da Campanha de Valorização do Projeto. O slogan “Antes de uma boa obra existe sempre um bom projeto” foi encampado não somente pelas empresas associadas, como também pelas demais empresas de consultoria ligadas à área e até mesmo seus clientes. “Fizemos um trabalho de divulgação do slogan, por meio de distribuição de adesivos, banners e muita conversa, para mostrar a importância do projeto”, explicou, entusiasmado, Roberto Facchinetti, presidente do Sinaenco/BA.

■ **Vitória contra licitação da Sabesp** – A Unidade de Negócios de Tratamento de Esgotos Metropolitana da Sabesp acatou a impugnação apresentada pelo **Sinaenco/SP** e anulou a licitação CV 21.251/05, que visava à contratação de serviço de elaboração de projeto executivo para recuperação do talude oeste da ETE ABC e execução de instrumentação. O sindicato argumentou que a licitação conjunta de atividades tão específicas acabaria por restringir a participação ampla dos interessados. Poucas empresas do segmento conseguiriam comprovar aptidão para a realização de distintos trabalhos. O Sinaenco/SP também destacou o tipo de seleção utilizado, de menor preço, critério que considera inadequado para a contratação das empresas de arquitetura e engenharia consultiva.

SINAENCO

Diretoria Nacional: **Norma Gebran Pereira** (Presidente), **Antonio Moreira Salles Netto** (VP de Gestão e Assuntos Institucionais), **Yuzo Sato** (VP de Administração e Finanças), **Raul Cavallari Junior** (VP de Ética e de Proteção à Consultoria), **Luiz de Gonzaga Bompastor** (VP de Engenharia), **Roberto Amá** (VP de Arquitetura), **Orlando Botelho Filho** (VP de Ciência e Tecnologia), **Francisco Focaccia Neto** (VP de Relações Trabalhistas e Assuntos Inter-Sindicais) e **Antônio Othon Pires Rolim** (Diretor Executivo)

Consulte é uma publicação do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva. Rua Marquês de Itu, 70 3º andar CEP 01223-000 São Paulo SP tel.: (11) 3123-9200 fax: (11) 3120-3629 site: www.sinaenco.com.br e-mail: sinaenco@sinaenco.com.br

Editora Mandarin: Silvério Rocha - MTb 15.836 (jornalista responsável e editor) e **Rodrigo Prada** (reportagem e Redação)

Projeto Gráfico e diagramação: Juca Zaramello **Ilustrações:** Filipe Rocha **Fotofolios:** Destaque **Impressão:** Indusplan

Tiragem desta edição: 8.100 exemplares

IMPRESSO EM PAPEL RECICLADO



O Brasil sustentável

O país que queremos, sem dúvida, é sustentável. Deve seguir um projeto no qual a sustentabilidade representa um conceito-chave: não falamos apenas do meio ambiente, mas também do ambiente construído. Acreditamos ainda que o denominado por alguns teóricos de “a superestrutura da sociedade”, ou seja, suas instituições, privadas e públicas, devam ser sustentáveis, isentas ao máximo de males que persistentemente nos atrapalham na busca de ciclos consistentes de crescimento, de distribuição de renda, enfim, da construção de um país mais justo.

A parte que nos toca, arquitetos e engenheiros consultores, estamos buscando fazer. Queremos discutir e aprofundar nossos conhecimentos de práticas de projeto e construção da infra-estrutura que permitam desenvolver empreendimentos equilibrados, ambientalmente adequados, socialmente necessários e economicamente sólidos e justificados. Alguns podem imaginar que essa não é a atividade precípua de arquitetos e engenheiros; que projetos e obras pouco têm

a ver com a forma como uma nação se estrutura. Acreditamos que estão equivocados os que pensam assim.

Construir um país de verdade, socialmente justo e com uma economia sustentável implica também ter práticas – de projeto, de arquitetura, de urbanismo e, sem dúvida, de política, sustentável –, que possam ser exibidas à luz do dia e defendidas claramente diante do cidadão comum. Que contribuam para uma infra-estrutura necessária, bem-projetada, bem-construída e com manutenção adequada, permitindo preservar para as gerações futuras o patrimônio que nossos antepassados nos legaram.

Utopias? Creio sinceramente que não. Basta lembrarmos um pouco a história de um país que, há 50 anos, tinha a imensa maioria de seus habitantes vivendo no campo, sobrevivendo (mal) de uma agricultura praticada em geral em moldes rudimentares. Na segunda metade do século 20, nós, arquitetos e en-

genheiros, ajudamos a construir uma nação que se impõe por sua economia (14ª do mundo, atualmente), por suas instituições democráticas (que certamente exigem aperfeiçoamento, como quase tudo na vida), mas principalmente por seu potencial de crescimento, em benefício de todos e respeitando nosso ambiente, natural e construído. Esse desafio é que permeará este nosso VII Encontro Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Enaenco), que acontece entre 28 e 30 de setembro, na bela capital de Pernambuco, Recife. Além disso, outra boa notícia: acabamos de inaugurar, neste mês de setembro, a Delegacia do Sinaenco em Brasília. ■

Pereira
Norma Gebran Pereira, Presidente



TRANSFOTO

ELEIÇÕES

Eleições no Sinaenco são marcadas para novembro

Atenção, filiado: acaba de ser divulgado o calendário eleitoral do Sinaenco. A votação, que ocorre sempre a cada dois anos, será realizada entre os dias 7 e 11 de novembro próximo, para renovação da diretoria nacional e das 12 regionais espalhadas pelo território. Fundado em 1988, o Sinaenco congrega cerca de dez mil empresas em todo o país, das áreas de engenharia consultiva, de projetos, de gerenciamento, arquitetura e urbanismo.

Como destaca o diretor executivo do Sinaenco, Antonio Othon Pires Rolim, a importância da entidade “é ter sempre assumido a luta pela unidade do setor, concentrando energias na defesa e legitimação da atividade consultiva e de projeto, fundamental para a boa obra. Nosso sindicato assumiu a representação do setor frente às contratantes públicas e privadas e hoje esse esforço tem o reconhecimento das empresas, nacionalmente”.



O primeiro grande esforço empreendido foi o da própria construção do sindicato, explica o diretor. Foram ações relacionadas à estruturação das diretorias, dos conselhos fiscais e à abertura das regionais, entre outras atividades

que evidenciaram essa atuação, como por exemplo a negociação sindical e a defesa da legislação básica das licitações e contratos. Rolim lembra que esse trabalho consumiu cerca de 12 anos que precederam o período da atual gestão, presidida por Norma Gebran Pereira.

Já nas próximas eleições, prevê Rolim, o debate deverá estar centrado em temas polêmicos e atuais, como o da reforma sindical e trabalhista, a reforma da lei de licitações, a lei de saneamento básico e os altos encargos fiscais. Além disso, estarão em pauta as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a sustentabilidade dos projetos, essenciais para trazer benefícios sociais, e também questões como a durabilidade das obras de infra-estrutura nas cidades, bandeira de luta do Sinaenco, e que denuncia a urgência de os governos assumirem a manutenção do patrimônio público. ■

VII Enaenco: principal evento do setor em sua reta final



Está tudo pronto para o principal evento da arquitetura e engenharia consultiva do país, no qual cerca de 200 empresários estarão debatendo o conceito de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos em diversas áreas da infra-estrutura brasileira. Ministros, secretários, dirigentes de agências reguladoras e outras autoridades proferirão palestras e discutirão, com empresários, profissionais do setor e estudantes de arquitetura e engenharia, a visão holística dos empreendimentos durante o VII Encontro Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Enaenco), que acontece de 28 a 30 de setembro, no Recife (PE).

Para a presidente do Sinaenco, Norma Gebran Pereira, conjugar a excelência da engenharia e da arquitetura nacionais com a dimensão ambiental é um dos maiores desafios setoriais. "A estratégica posição das empresas de A&EC obriga-nos a compatibilizar os interesses do empreendedor e as exigências dos órgãos ambientais. Um empreendimento não estará efetivamente implantado enquanto deixar passivos ambientais", ressalta Norma.

Serão três palestras e sete painéis, nos quais estarão em debate temas como águas e saneamento, integração das bacias do rio São Francisco e do Nordeste Setentrional; qualidade ambiental das edificações aeroportuárias; avaliação de impactos em projetos da Petrobras, Porto de Suape, entre diversos outros. Com esse rico temário (*veja programa completo no quadro ao lado*), a avaliação dos especialistas do setor é de que a sétima edição do Enaenco conseguirá ser um marco na história da arquitetura e da engenharia consultiva brasileiras, pela abordagem de temas extremamente atuais e que farão parte, obrigatoriamente, da atividade nos próximos anos. ■

Inscrições e informações:
tel. (11) 3123-9200
www.sinaenco.com.br



Programa do VII Enaenco

28/09/2005

19h00 - Solenidade de Abertura: Roberto Lemos Muniz, presidente do Sinaenco/PE; Norma Gebran Pereira, presidente do Sinaenco; Martin Grambow, diretor de Divisão do Ministério do Meio Ambiente da Baviera; José Mendonça Filho, vice-governador do Estado de Pernambuco, e Sergio Rezende, ministro de Ciência e Tecnologia.

8h30 - A política de cooperação Alemanha / Brasil na área ambiental - a experiência do Nordeste: Martin Wahl, coordenador de Programas na Área Internacional do bfz

9h00 - Visão do MMA sobre a qualidade ambiental dos empreendimentos de infra-estrutura: Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente

10h30 - Águas e Saneamento: o papel das empresas de A&EC como indutoras da qualidade ambiental na gestão de recursos hídricos: Marcos Montenegro, diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da Secretaria de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; José Machado, diretor-presidente da ANA - Agência Nacional das Águas; Newton de Lima Azevedo Jr., VP da ABDIB - Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, e Luiz de Gonzaga Bompastor, diretor da ABF Engenharia

29/09/2005

14h00 - A sustentabilidade do Programa de Integração das Bacias do Nordeste Setentrional: Pedro Brito Nascimento, chefe de gabinete do Ministério da Integração Nacional; Apolo Heringer Lisboa - coordenador geral do Projeto Manuelzão, e João Recena, diretor da Projotec Projetos Técnicos

15h45 - Contribuição da A&EC para a qualidade ambiental das edificações aeroportuárias: Eleuza Lores, diretora de engenharia da Infraero - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária; Érico Dantas, diretor de engenharia da Construtora Norberto Odebrecht /NE, e Sérgio Jardim de Carvalho, diretor da Planorcon Projetos Técnicos

17h15 - Avaliação de impactos em projetos da Petrobras / Porto de Suape - Realidade x Oportunidades: Fernando Almeida Biato, gerente geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras; Matheus Antunes, diretor presidente do Complexo Industrial e Portuário de Suape, e Gerson Almada, diretor da Engevix Engenharia

8h30 - A importância da manutenção para a sustentabilidade do ambiente construído: Eduardo Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia; José Afonso Pereira Vitória, diretor da Vitória & Melo Projetos Estruturais; Romilde Almeida de Oliveira, professor da Universidade Católica de Pernambuco, e Dilson Peixoto, secretário de Serviços Públicos de Recife

10h30 - A aplicação do conceito de sustentabilidade nos empreendimentos de infra-estrutura energética: Silas Rondeau, ministro de Minas e Energia; Dilton da Conti Oliveira - CHESF; Adjarma Azevedo - VP e coordenador de Meio Ambiente da ABRACE, e José Ayres de Campos, diretor da CNEC

30/09/2005

14h00 - Investimentos federais, próprios e PPPs: Antônio Henrique Pinheiro Silveira, chefe adjunto da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fernando Antônio Costa Jannotti, secretário adjunto da Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais, e Marco Aurélio Ludolf Gomes, diretor da Tecisan

16h00 - A implantação das diretrizes da sustentabilidade nos empreendimentos de infra-estrutura rodoviária: Luziel Reginaldo de Souza, diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; Edson Machado, diretor da CR Almeida Engenharia de Obras, e João Antonio del Nero, diretor-presidente da Figueiredo Ferraz

17h45 - Cerimônia de encerramento: Roberto Lemos Muniz, presidente do Sinaenco/PE, e Norma Gebran Pereira, presidente do Sinaenco

“O setor precisa se engajar na política nacional de recursos hídricos”

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado é economista, ex-prefeito de Piracicaba, SP, e por dois mandatos (1989/92 e 2001/04) foi articulador, fundador e primeiro presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba e Capivari. Desde janeiro de 2005 preside a ANA, que tem como meta regular o uso da água dos rios e lagos de domínio da União, assegurando quantidade e qualidade para usos múltiplos, e implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos que visam ao planejamento racional da água com a participação de governos municipais, estaduais e sociedade civil. Nesta entrevista, Machado, que participará do VII Enaenco, fala sobre a agência e temas em que está envolvida.

• *Como têm sido desenvolvidas as importantes e complexas tarefas a cargo da agência?*

• O gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil tem como premissas a descentralização administrativa, a participação social e a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão. Desde a promulgação da lei das Águas (Lei 9.433/97) e mais fortemente com a criação da ANA, em 2000, tal estratégia tem sido colocada em prática visando à solução de muitos problemas relacionados a conflitos pelo uso da água, seja entre usos ou usuários, seja entre as diversas políticas públicas aplicadas em determinada região. A partir de demanda da sociedade civil organizada e também dos governos estaduais e municipais, foram criados e instalados diversos comitês de bacia e, neste ambiente de negociação social, estão sendo implementados os instrumentos de gestão dos recursos hídricos visando à regulação dos usos das águas. Nos rios de domínio dos Estados, as respectivas leis estaduais de recursos hídricos apontam na mesma direção, muito embora na maioria deles o grau de implementação dessas leis seja ainda incipiente. No que diz respeito aos rios de domínio da União, atualmente encontra-se em fase de implantação adiantada a gestão nas bacias do rio São Francisco, Paraíba do Sul, Piracicaba, Doce, Paranaíba e Verde Grande, nas quais já existem comitês de bacia, além de ações também nas bacias dos rios Piranhas-Açu, Poti-Longá, Araguaia-Tocantins, dentre outras.

• *Uma das questões mais relevantes sob a batuta da agência é a do Projeto de*

Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. Como está o atendimento às exigências da ANA por parte do Ministério da Integração Nacional, responsável pelo projeto?

• A ANA é responsável tanto pela outorga definitiva para a execução das obras do Projeto de Integração do rio São Francisco como pela emissão do Certificado de Avaliação de Sustentabilidade de Obra Hídrica (Certoh), diplomas imprescindíveis a serem obtidos pelo Ministério da Integração. A análise dos processos e o acompanhamento das exigências podem ser verificados diariamente por intermédio de acesso à página eletrônica da ANA (www.ana.gov.br). Esse procedimento e a interlocução contínua com os diferentes atores no processo, inclusive com o Comitê da Bacia do rio São Francisco, tem sido prática adotada pela ANA visando mitigar ambiental e socialmente os impactos que venham a se apresentar, dado o vulto da obra em questão.

• *As ações envolvendo a bacia do rio Paraíba do Sul também são uma das mais importantes em curso na Agência. Como está o desenvolvimento dessas ações?*

• A implantação plena dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos na Bacia do rio Paraíba do Sul tem sido muito importante para o Sistema Nacional de Gerenciamento. As experiências ali adotadas têm comprovado a necessidade da gestão compartilhada dos recursos hídricos e, ainda, mostrado que, sem a descentralização da gestão e sem a participação dos Estados, não poderemos avançar no modelo previsto pela legislação federal. Nessa bacia, iniciou-se a cobrança pelo uso da água no país em rios de domínio da União e pudemos implantar a primeira Agência de Águas vinculada a um Comitê de Bacia. Inicialmente implantada somente nos rios de domínio da União, hoje já se encontra operacionalizada a cobrança em rios de domínio do Estado do Rio de Janeiro e já há condições legais de implantação da cobrança em Minas Gerais. A cobrança nos rios de domínio do Estado de São Paulo ainda depende de aprovação de projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa desde 2000. Vemos aqui o papel indutor das ações da União para que as unidades federadas possam avançar na implementação dos instrumentos nos Rios de seus domínios. Além da cobrança, a celebração de um convênio entre os três Estados banhados pela bacia do rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP)



tem buscado a harmonização e integração de critérios e procedimentos para os demais instrumentos (outorga, fiscalização, enquadramento e sistema de informações), sempre atendendo às diretrizes estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, aprovado pelo Comitê local. Pode-se dizer que a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul tem tido êxito, apesar de ainda ser significativo o grau de inadimplência somado aos usuários que estão pagando em juízo. De um potencial de arrecadação de R\$ 10 milhões/ano, tem-se arrecadado efetivamente algo em torno de R\$ 6,5 milhões/ano.

• *Como o senhor vê a possibilidade de a arquitetura e a engenharia consultiva brasileira auxiliar os governos e a sociedade na questão da água?*

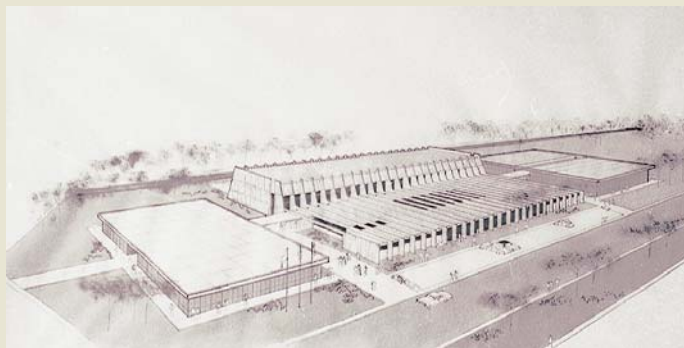
• A engenharia consultiva brasileira sempre contribuiu para o desenvolvimento do país e toda vez que foi solicitada atendeu aos anseios das necessidades nacionais. Como em todos os primeiros passos em termos de implantação de políticas públicas, o momento atual é muito importante para a afirmação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Por isso, precisamos que a engenharia brasileira se engaje firmemente na implantação do modelo de gestão vigente. Para isto, três ações devem estar presentes nas diretrizes deste setor no trato dos recursos hídricos: a busca de tecnologias adequadas à disponibilidade hídrica local e que visem ao uso racional das águas quando do desenvolvimento dos projetos de engenharia; o reconhecimento de que a melhor solução técnica no âmbito da gestão das águas será aquela que possa ser legitimada pelos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas, aprovados pelos Comitês de Bacia; e que a participação organizada do setor de engenharia consultiva nos Comitês de Bacia ou nos Conselhos Nacional ou Estaduais de Recursos Hídricos deverá contribuir sobremaneira para a qualificação técnica destes colegiados e para um maior reconhecimento social da engenharia junto à sociedade brasileira. ■

Em defesa do trabalho intelectual

Cansados de ver seus projetos serem modificados pelos órgãos públicos à revelia dos próprios autores, ou tratados com descaso e até extraviados, um grupo de arquitetos acaba de dar um basta a esta situação. Reunidos em meados de 2005 no Sinaenco, os profissionais saíram em campanha para combater essa prática, em defesa da ética no país e buscando corrigir o que denominam “um desvio comportamental” dessas instituições. No ato, foi criada a Comissão de Preservação dos Direitos do Autor, que já obteve apoio de diversos profissionais e entidades representativas, tais como a Asbea, IAB/SP, Crea/SP e Construítica.

O direito autoral, previsto na Constituição de 1988 e regulamentado no seu Artigo 5º, protege a propriedade intelectual no país, e se aplica não apenas à criação artística, mas a diversas áreas do conhecimento, como os projetos de arquitetura, engenharia, paisagismo e outros de natureza técnica e científica. Ocorre que a lei não vem sendo respeitada, alertam os profissionais.

Exemplo desse desrespeito pode ser visto na recente polêmica entre o arquiteto Eduardo de Castro Mello e a Coordenadoria do Espaço Físico da USP (Coesp). Chamado a promover pequenas reformas nos vestiários e ginásio da [Escola de Educação Física da USP](#), Castro Mello acabou reparando em outra obra no local: a instalação de um telhado sobre a laje do edifício, para conter infiltrações na estrutura. Acontece que o prédio da escola é projeto premiado – recebeu em 1973 a Grande Medalha de Ouro no XXXVIII Salão Paulista de Belas-Artes, do governo do Estado de São Paulo – de autoria dele em parceria com seu pai, o arquiteto Ícaro de Castro Mello, já falecido. “Fiquei espantado por não ter sido consultado ou sequer informado sobre a obra. Pedi então ao coordenador da Coesp que a interrompesse, até porque a solução técnica e estética adotada, de construção de um telhado, não é a mais correta no caso; o certo seria fazer a impermeabilização



divulgação



divulgação

da laje. Apesar dos argumentos, não houve acordo”, conta Castro Mello, que há um mês vem aguardando resposta à carta encaminhada ao órgão universitário. “Faremos tudo o que for necessário para preservar o patrimônio urbanístico e arquitetônico de nossa Universidade”, ressalta.

“São dezenas de profissionais que têm seu direito autoral violado, e o primeiro a não respeitar esse direito é o poder público”, denuncia o arquiteto Alberto Botti. No ano passado, ele próprio foi vítima do descaso da Prefeitura de São Paulo. Um projeto seu, em vias de ser aprovado, simplesmente sumiu dos arquivos do órgão público. Onde deveria constar o seu projeto, no número correspondente do protocolo, o que havia era o registro de outro projeto. Diante dessa substituição inconcebível, e do extravio do projeto correto, a resposta do órgão público foi simplesmente nenhuma, conta Botti. “Não temos visto o respeito ao direito intelectual, de criação. E esse direito, é preciso dizer, é premissa básica para ingresso no Primeiro Mundo, é condição para se atingir o progresso”, alerta o arquiteto.

Já o arquiteto José Eduardo Tibiriçá afirma

que é preciso “acabar com a prática, tão comum, de encarregar terceiros da modificação nos projetos, sem conhecimento dos autores”. Ele chama a atenção para o fato de que a guarda dos projetos é de responsabilidade total dos órgãos públicos, fiéis depositários desses trabalhos. Segundo ele, a anuência do autor evitaria muitos prejuízos, morais e materiais, que esse procedimento desrespeitoso acarreta. No seu caso, um projeto em aprovação na Prefeitura de São Paulo foi simplesmente “passado” para outro arquiteto, sem qualquer notificação. “Um dia o proprietário me procurou, pois enfrentava problemas com o Ibama, causados por mudanças realizadas por outro profissional, à minha revelia. Fiquei arrasado, pois havia proposto soluções originais, inovadoras, que foram deixadas de lado”, desabafa Tibiriçá.



Carta ao Secretário de Habitação

Como reação a tantos desmandos, os profissionais reunidos no Sinaenco decidiram encaminhar carta ao Secretário Municipal de Habitação de São Paulo, Orlando de Almeida. O documento pede a “suspensão imediata da tramitação (na Prefeitura) de projetos modificativos que não tenham a autorização expressa do autor original do projeto”. Sugere, ainda, que as autoridades passem a “exigir a referida autorização nos casos em que tais modificações sejam propostas por outro que não o autor do projeto original”. ■

Contra o uso indevido do pregão eletrônico

O pregão eletrônico, modalidade de contratação pela qual a licitação de serviços e produtos é feita via Internet, tende a ser cada vez mais utilizado, especialmente pelos órgãos públicos. Isto porque a contratação realizada por esse meio tem seus custos reduzidos e conta com agilidade nas trocas de informações e interesses. Outra vantagem é que o processo dificulta escolhas tendenciosas pelos solicitantes, já que o contato entre ele e o prestador de serviço ou vendedor é mínimo. Contudo, o pregão eletrônico é uma alternativa adequada à aquisição de bens e serviços comuns, em que o que importa é o preço mais baixo. Seu uso para a contratação de trabalhos especializados, como os serviços de arquitetura e engenharia, nos quais a qualidade do serviço a ser prestado é fundamental, é ilegal, no caso dos contratantes públicos, e pode ser impedido.

Recentemente, a vedação expressa para contratação de obras e serviços de engenharia, proveniente de um decreto estadual paulista (*veja quadro*), foi revogada. Com isso, os órgãos da administração do Estado de São Paulo vêem-se no direito de contratar serviços especializados de engenharia por meio do pregão eletrônico. Porém, a lei federal que rege a modalidade continua a restringir a utilização do pregão para contratação ou compra de bens e serviços “cujos padrões de desempenhos e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado”, ou seja, comuns. E os serviços técnicos especializados não se enquadram nesta definição.

O advogado Flávio Monteiro, do escritório Natal e Locatelli Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sinaenco, explica que “embora tenha havido a revogação, a contratação de serviço de engenharia continua vedada nos órgãos públicos, já que a proibição da licitação de serviços técnicos especializados pelo pregão eletrônico não deixou de existir”. Discute-se, entretanto, se o serviço de

engenharia é ou não comum. “Não é. Trata-se de um serviço que deve ser licitado por técnica e preço e não apenas preço. Exemplos de serviços comuns são os de lavanderia ou jardinagem”, esclarece Monteiro. O advogado não descarta a existência de alguns serviços comuns de engenharia, como é o caso da execução de reformas prediais, mas lembra que não é possível saber se um trabalho é qualificado, pelo pregão. “A atividade realizada pelos associados do Sinaenco está ligada à concepção de projetos e, nesta área, a qualidade do serviço e a confiabilidade/segurança da população/usuários são essenciais”, ressalta.



“Serviços comuns não requerem estudos técnicos profissionais especializados, cujos levantamentos fogem aos preços comuns de mercado”, diz Antônio Othon Pires Rolim, diretor executivo do Sinaenco. O sindicato tem representado as empresas de arquitetura e engenharia consultiva com ações administrativas de impugnação contra o uso indevido do pregão e, em casos de retornos negativos, busca paralisar o processo por meio dos mandados de segurança. “Pretendemos continuar até que a situação se regularize. Faremos um esforço para que, na reforma da legislação, este assunto esteja definitivamente resolvido”, conclui Rolim.

Já foram apresentados dois mandados de segurança pelo Sinaenco. Um contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e outro contra a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp). Ainda não houve resultados positivos nessas duas ações. Em 22 de agosto, no entanto, foi suspensa uma licitação do tipo pregão para serviços de raspagem e remoção de asfalto. O resultado foi obtido a partir de um mandado movido pelo Sinduscon/SP, cujo argumento foi de que houve mau uso do pregão para contratação de serviços de engenharia. ■

A legislação existente sobre pregão eletrônico

Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002: Institui a modalidade de pregão eletrônico nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Decreto federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000: Regulamenta a modalidade de licitação por pregão para bens e serviços comuns para o âmbito da administração pública federal.

Decreto federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005: Regulamenta a modalidade de pregão eletrônico no âmbito federal.

Decreto estadual (SP) nº 47.297, de 6 de novembro de 2002: Regulamenta a modalidade de pregão para o Estado de São Paulo. Veda a contratação de serviços de engenharia.

Decreto estadual (SP) nº 49.722, de 24 de junho de 2005: Regulamenta a modalidade de pregão eletrônico para o Estado de São Paulo. Revoga o veto contido no decreto de número 47.297. ■

A cultura da manutenção

A histórica ausência de políticas voltadas à manutenção preventiva e à conservação dos bens públicos, assim como os prejuízos que essa defasagem pode trazer à sociedade, fez com que o Sinaenco criasse uma campanha nacional para alertar os administradores públicos e a própria sociedade. O objetivo é advertir sobre a necessidade de promover a manutenção constante das obras de arte e da infraestrutura nas grandes cidades brasileiras. Muitos desses empreendimentos foram executados na primeira metade do século passado e exigem manutenção.

Esse tema, que já contou com estudos por parte do Sinaenco na capital paulista e nas cidades de Santos (SP) e João Pessoa (PB), irá se repetir em Recife durante o VII Enaenco. “Além do ambiente natural, é preciso cuidar da sustentabilidade do ambiente construído, de modo que o ambiente projetado para atender

as gerações atuais possa atender também às gerações futuras”, explica o VP de Engenharia do Sinaenco/SP e coordenador do estudo, **José Roberto Bernasconi**.

Outras capitais, sedes de regionais do Sinaenco, também já se interessaram pelo tema e defenderão essa bandeira em seus Estados. Na cidade de São Paulo, foram escolhidos seis exemplos de pontes e viadutos, seis galerias subterrâneas e um córrego. “Em três meses, montamos um relatório apresentando alguns exemplos que mostram a necessidade de manutenção. Com o documento, conseguimos atingir o objetivo de sensibilizar a imprensa, que passou a apoiar a iniciativa do Sinaenco”, comenta Bernasconi. Além da imprensa, o exemplo paulistano resultou no apoio de administradores públicos à iniciativa. “O secretário municipal paulistano



RODRIGO PRADA

de Infra-estrutura e Obras, Antônio Arnaldo de Queiroz e Silva, que está avaliando o estudo entregue pelo Sinaenco, anunciou a liberação

de R\$ 10 milhões para a manutenção”, destacou o coordenador do relatório.

Nas três cidades onde foram feitos os estudos o diagnóstico é o mesmo: pontes, pontilhões, viadutos e galerias sem o menor cuidado de manutenção há anos. O engenheiro George Cunha, da diretoria do Sinaenco/PE, responsável pelo estudo em João Pessoa, acredita que a inexistência de lei que determine percentual obrigatório para a área de manutenção da infraestrutura explica a grande dificuldade administrativa em direcionar recursos públicos ao setor. ■

ENTREVISTA

Apolo Heringer Lisboa

“Saúde não é questão médica e sim de qualidade de vida”

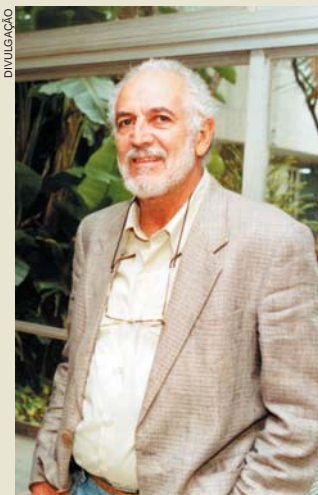
A experiência do Projeto Manuelzão, rico e interessante programa desenvolvido na bacia do Rio das Velhas, em Minas Gerais, será apresentada no VII Enaenco pelo médico e ambientalista Apolo Heringer Lisboa, coordenador geral do projeto. Heringer explicará essa proposta inovadora, que trabalha com a população de 51 municípios dessa região e procura pesquisar e conhecer a área e, com a colaboração das comunidades locais, melhorar a qualidade das águas da bacia e trazer o peixe de volta para os rios, que são afluentes do rio São Francisco. Heringer é professor da Faculdade de Medicina da UFMG, escritor e ambientalista e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

- Quando foi iniciado o Projeto Manuelzão e como ele está atualmente?
- A idéia foi escrita e aprovada no conselho de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1990. Mas o projeto nasceu mesmo, de forma prática, em janeiro de 1997. Aí, saiu aos campos, ao território da bacia, mobilizando a população. Faltavam recursos, compreensão da proposta. Nosso objetivo é trazer de volta o peixe ao Rio das Velhas, mais importante afluente do rio São Francisco. A região metropolitana de Belo Horizonte deságua nele. Quando falamos em “trazer de vol-

ta o peixe ao rio”, o fato de termos começado isso na Faculdade de Medicina soava como uma “heresia”. Isto porque começamos a dizer que saúde não era questão médica e sim de qualidade de vida. Cuidar do lixo, do esgoto e da questão ambiental era fazer mais pela saúde coletiva do que a ação da medicina, sem tirar o valor específico da atuação dos médicos. Declarar que saúde não era questão médica dava a impressão de que estávamos nos afastando de nosso dever de casa. Na verdade, o médico prioriza a assistência médica aos enfermos. A volta do peixe seria o melhor indicador de saúde coletiva (da bacia hidrográfica do Rio das Velhas). Os especialistas falam que a mortalidade infantil é o melhor indicador.

- Como está o projeto atualmente?
- Ele já é transdisciplinar, envolve toda a UFMG e diversas outras universidades, além de outros centros técnicos e de pesquisa que existem em Minas Gerais. Temos jornal com tiragem de 100 mil exemplares e 16 páginas. Já fizemos seis monitoramentos – coletas com pesquisa –, estamos introduzindo o biomonitoramento do rio por meio de mais de duas coletas de peixes e bentons (espécie de protozoário aquático) por ano. Temos teses de mestrado e doutorado sendo feitas sobre o projeto, que é acadêmico. Agregamos trabalho aca-

dêmico (ensino, pesquisa e extensão), mobilização social, trabalho multidisciplinar e transinstitucional. Mobilizamos empresas privadas, setores governamentais. Nosso objetivo não é denunciar, é viabilizar soluções. Mas nossos maiores problemas são os de gestão e administração. Conforme o projeto cresce, é maior a sobrecarga. É preciso enfrentar ainda a falta de política bem definida dos governos, que não têm visão clara das coisas. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, está completamente perdido. Perde tempo discutindo a transposição do São Francisco, um projeto desastroso. Não entendemos o que o governo quer e, quando entendemos, somos contra, porque eles não têm comprometimento firmado com a sustentabilidade, não sabem concretizar isso. Não efetivam políticas sustentáveis. ■



DIVULGAÇÃO